



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11996 - Resumo Expandido - Trabalho - 15a Reunião da ANPEd – Sudeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 03 - Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos

Cidadania como ação: a reivindicação do acesso ao ensino superior por refugiados

Pedro Carvalho Calafate - UERJ/PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Cidadania como ação: a reivindicação do acesso ao ensino superior por refugiados

1. Introdução

O acesso ao Ensino Superior por parte de refugiados e pessoas com visto humanitário no Brasil é dificultado por uma série de barreiras legais, culturais e financeiras no ingresso e na revalidação dos diplomas do Ensino Médio e Superior. Fronteiras são criadas no cotidiano de suas vidas impedindo o acolhimento e a integração. Muitas iniciativas, contudo, têm buscado reverter esse cenário, sendo articuladas por uma multiplicidade de atores: membros da sociedade civil, de órgãos governamentais e militantes. Sobretudo, trata-se de um tensionamento provocado pelos próprios refugiados e pessoas com vistos humanitários que por meio de múltiplas estratégias conseguem revalidar seus diplomas, ingressar e permanecer no Ensino Superior, mostrando que a sua origem não pode limitá-los a usufruir do direito à educação.

Para a compreensão da luta pelo direito à educação por esse grupo, proponho a utilização do conceito de cidadania como ferramenta analítica para a compreensão dos nexos entre educação, Estado-Nação, povo e subjetividade política. Em voga nos anos 1990, como destacado nos trabalhos de Arroyo (1987), Buffa (1987) e Ribeiro (2002), a categoria perdeu, desde então, centralidade na compreensão das lutas por acesso à direitos no campo educacional. Partindo de recentes trabalhos da sociologia política internacional, proponho revisitarmos o conceito para compreender o atual quadro de negação e luta pelo acesso ao Ensino Superior por refugiados e pessoas em acolhida humanitária no Brasil.

Educação, cidadania e Estado-Nação

Nacionalidade não é uma categoria natural, por mais que certas ideologias tentem construí-la como tal. Sua construção e predominância na modernidade se faz por uma certa eficácia na unificação por um determinado período de tempo de sentimentos, ideologias e estruturas políticas, memórias coletivas e interesses econômicos instituídos sob uma própria história. A constituição de cada nação é marcada por particularidades, contingentes no tempo e no espaço, mas que sempre promovem um processo de exclusão, ou ao menos, de acessos desiguais a bens e direitos, pautados por fronteiras visíveis e invisíveis entre nacionais e estrangeiros (BALIBAR, 2004).

De acordo com Foucault (apud ISIN, 2012) durante o século XVIII, com a emergência da burguesia e a sua disputa sobre o controle do estado, a soberania antes encarnada na figura do rei, corpo material e espiritual, é transferida para a figura do povo (ISIN, 2012). Encontrar meios para governar o povo passa a ser, então, o problema da soberania do estado. Balibar (2004), investigando origem da categoria povo, encontrou-a na relação e no confronto entre duas palavras gregas: *ethnos*, sendo o povo como uma comunidade imaginada de pertencimento e filiação e o *demos*, o povo como um sujeito coletivo de representação, decisão e direitos. Vemos por um viés, a esfera da construção de direitos e das coletividades políticas e, por outro, da identidade nacional e da autodeterminação. Foi a correlação entre o *demos* e o *ethnos* que permitiu a interiorização da noção de fronteira, sendo essa a forma pela qual indivíduos constroem representações do seu mundo separando grupos e, por conseguinte, promovendo exclusões aos não pertencentes ao Estado-Nação.

Tal consideração não garante a quem é interno o acesso aos seus direitos e a participação em tal comunidade política. De acordo com Agamben (apud ISIN, 2012), qualquer interpretação sobre o termo povo deve considerar seu duplo sentido, ora como a subjetividade política total ora como a parte excluída, pobre, ora como dominantes ora como dominados. Para Laclau (apud ISIN, 2012, p.44), é fundamental à estrutura política que o povo, como parte, se identifique com o todo, “a lógica da hegemonia que emerge dessa tensão entre parte e todo implica que o todo é contaminado pela parte e a parte contém o todo”.

Buscando compreender esse duplo processo de exclusão e inclusão de parcela da população, Marilena Chaui (1985) retoma à organização política romana entre *Populus* e Plebe para compreender o modelo de república que se constituía no período da *ilustração*. Enquanto no primeiro, o povo em sua instância jurídico-política é soberano e detentor do poder, a quem os governos devem se submeter, no caso da plebe trata-se do conjunto amorfo, desordeiro e vagabundo, excluído da república. Contra a tirania do poder, os Ilustrados recorriam a vontade popular, enquanto negavam o povo em nome da razão.

Na consolidação do estado moderno, a educação sempre foi um meio pelo qual a participação política do povo foi regulada. Apenas aos racionais, modernos, instruídos e educados cabia a cidadania: “somente será reconhecido apto a participar como sujeito social e político quem tiver vencido a barbárie, a ignorância, quem tiver aprendido a nova racionalidade, quem tiver sido feito homem moderno” (Arroyo, 1987, p.37). Nessa lógica, a

educação se tornava pré-condição para o acesso a cidadania, excluindo o povo – plebe - da esfera política, ao menos institucional.

A história dos movimentos sociais, dos sindicatos e dos partidos de esquerda mostram, contudo, que tal restrição nunca foi bem aceita. O povo não esperou ser educado nas escolas formais para construir sua ação política. É na prática cotidiana de luta por direitos e na construção coletiva das massas que a cidadania se fez para o povo, pelo povo. Invertendo a lógica, vemos que a luta por educação foi inclusive um dos motores da construção da cidadania. A exclusão da escola, tratada pelas camadas poderosas e pelos meios intelectualizados como empecilho para o acesso a cidadania, tornou-se ao longa da história uma razão de luta que por si só já permitia a construção da cidadania pelo povo (Arroyo, 1987; Ribeiro, 2002)

A cidadania por essa ótica não se trata de uma ação instituída por cima, regulada, mas de um direito conquistado, ou pelas palavras de Isin (2012), é o “direito de se reivindicar direitos”. Para ele, os atos de cidadania se dão por meio de ações de rupturas com *scripts* determinados previamente por meio da criatividade, inventividade e da autonomia. Considerando a condição política de refugiados e pessoas em acolhida humanitária extremamente limitada e dispersa, por nem mesmo constituírem o povo, a luta pelo acesso ao ensino superior se coloca como potente ferramenta de construção da cidadania, afrontando fronteiras nacionalmente instituídas ao reivindicar o direito de estudar e, assim, se constituindo como sujeitos políticos.

Contudo, como alerta Tazzioli (2020), a luta de refugiados por direitos muitas vezes se expressa de maneira dispersa pelo território, o que torna o processo menos explícito, mas não por isso, menos potente. Os múltiplos caminhos e estratégias encontrados por eles na reivindicação dos seus direitos devem, portanto, ser considerados em conjunto. A condição de não nacional impõem novas realidades para se pensar a construção da cidadania e da luta por educação. Experiencia pretéritas também contribuem para o seu entendimento: entre similaridades e diferenças da Plebe, do povo como minoria, e refugiados e pessoas com visto humanitário, muito está por ser investigado.

Bibliografia:

ARROYO, M. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Ester et al. Educação e cidadania. Quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 1995.

BALIBAR, Etienne. We, the People of Europe? Reflections on Transnational Citizenship. Princeton University Press, 2004.

BUFFA, E. Educação e cidadania burguesas. In: BUFFA, Ester et al. Educação e cidadania. Quem educa o cidadão? São Paulo: Cortez, 1995.

CHAUÍ, M. Conformismo e Resistência. São Paulo, Brasiliense, 1986.

ISIN, E. Citizens without frontiers. Bloomsbury USA, 2012.

RIBEIRO, M. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 113- 128, jul./dez. 2002.

TAZZIOLI, Martina. *The making of migration: the biopolitics of mobility at Europe's borders*. Sage Publications, Londres, 2020.